

A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO

Passado, presente e futuro

Organizadores

Alexandre António da Costa Luís,

Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório



Edições Colibri

Biblioteca Nacional de Portugal
– Catalogação na Publicação

ISBN: 978-989-689-627-0

Título: A Língua Portuguesa no Mundo:
passado, presente e futuro

Organizadores: Alexandre António da Costa Luís,
Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório

Edição: Edições Colibri/Universidade da Beira Interior

Capa: Raquel Ferreira, sobre imagem do mundo visto do espaço

Imagem da capa: Planeta Terra (visto do espaço)

Depósito legal n.º 418 015/16

Lisboa, dezembro de 2016

XIV

ESTAR EM DIÁSPORA: UM MODO DE SER PORTUGUÊS

José Maria Silva Rosa

Universidade da Beira Interior e LABCOM.IFP
(Comunicação, Filosofia e Humanidades)



Nota Biobibliográfica

Licenciatura, mestrado e doutoramento em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), onde foi Professor nos cursos de Filosofia, Teologia, Ciências Religiosas, Ciências da Comunicação e Serviço Social de 1993 a 2002. Atualmente, é Professor Associado no Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior (UBI – Covilhã), investigador no LABCOM.IFP e membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, bem como de algumas Sociedades Científicas internacionais (SIEPM, SOFIME...). Dos variados cargos e funções que desempenha na Universidade da Beira Interior, de referir a Direção da Biblioteca. Tem organizado e participado, com comunicação, em diversos eventos científicos nacionais e internacionais, e publicado livros, capítulos de livro e artigos. Os seus principais interesses académicos situam-se no domínio do Pensamento Antigo, Bíblico, Patrístico e Medieval – particularmente Santo Agostinho –, Pensamento Político, Teologia Política, Fenomenologia, História e Filosofia da Religião.

A língua é o reservatório mais fundo e confiável das experiências e da fisionomia espiritual de um povo. Nela tudo fica depositado: glórias e escórias, vitórias e derrotas, *gesta* e cicatrizes, virtudes e vícios, humor e preconceitos, sonhos e pesadelos – tudo lá está inscrito! Mas não é só o *espaço da experiência* passada que nela se abriga, às vezes de modo quase intraduzível, e aí fica sedimentado como que em camadas; na língua, especialmente nos tempos e modos das flexões verbais, também se projeta o *horizonte de expectativas* e de possibilidades que a habitam, e nela despontam sentidos prováveis e optativos para a criação *do que há-de vir, do adventus*.

A palavra oral ou escrita, e também os seus interstícios, hesitações, silêncios, espaços em branco e hífen, é a pauta onde se enlaçam e de onde se tiram as modulações mais íntimas da alma de um povo: entranhas e pele, alma e corpo, harmónicas e desarmónicas. Torna-se ela assim menos veículo de comunicação de conteúdos ou transmissão de informações e conhecimentos, que espaço de revelação e de criação, «casa do ser» que mantém o nosso mundo aberto, *in statu nascendi*. Não fora assim e o peso da língua feita por outros calar-nos-ia instantaneamente, o passado esmagar-nos-ia contra o muro do mutismo: «demasiada história mata» afirmava o Nietzsche da *Segunda Consideração Intempestiva*. Notava por outro lado Bruce Chatwin, numa obra a vários títulos notável, *O Canto Nómada*, acerca dos trilhos e da música dos aborígenes austrálios que, cantando, lavravam uma geografia sagrada por todo esse Continente, que para persistir no presente e no futuro o mundo dos autóctones tinha de continuar a ser cantado. Problema grave se que se coloca hoje à cultura tradicional australiana, mas não só: haverá ainda alguém que saiba *cantar* o mundo?

Mais antiga que cada um de nós, a língua é também sempre mais jovem e mais inteligente porque, qual Ulisses, transporta consigo imensos recursos, como gostava de dizer P. Ricoeur. No mesmo sentido escreve E. Lourenço: «Não pode dizer-se de língua alguma que ela é uma invenção do povo que a fala. O contrário seria mais exato. É ela que o inventa. A língua portuguesa é menos a língua que os Portugueses falam do que a voz que fala os Portugueses.»¹ E não são poucos os que, juntamente com o autor de *Imagem e Miragem da Lusofonia*, perfilham tal *ontologia creativa* própria da língua portuguesa².

A cultura lusófona foi recentemente (2013-2014) testemunho de acontecimento ímpar em termos de língua portuguesa: a edição das *Obras Completas* do Pe. António Vieira (em 30 volumes, incluindo textos inéditos). Desde a sua morte, em 1697, há mais de trezentos anos, portanto, que este momento era desejado e aguardado. O jesuíta de setecentos que, por entre sermões, visões, pro-

¹ LOURENÇO, Eduardo, *A nau de Ícaro* seguido de *Imagem e Miragem da Lusofonia*, Gradiva, Lisboa, 2004, p. 121.

² Cf., PASCOAES, Teixeira de, *A Arte de Ser Português*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1998; QUADROS, António, *O Espírito da Cultura Portuguesa. Ensaio*, Sociedade de Expansão Cultural, Lisboa, 1967.

fecias, histórias do futuro, exegese bíblica mais ou menos ortodoxa, apologias da liberdade para judeus, negros, índios e perseguições várias da Inquisição, cruzou o Oceano Atlântico sete vezes, ainda pode ser para nós hoje, na crítica circunstância de novas emigrações forçadas, o paradoxal exemplo de um Portugal teimosamente viável a partir de um horizonte muito discutível: a diáspora, a dispersão e a itinerância. *Pelo sonho é que vamos* versejava Sebastião da Gama, pois foi pelo céu que descemos pelo Atlântico abaixo e pelo Índico adentro. E António Gedeão não dizia coisa muito diferente no *Poema do Homem Nascido*. Perdido, todavia, o Império, regressados ao lar e reduzidos finalmente ao nosso quadrado natal à beira-mar plantado, voltamos a sonhar grandezas em torno de uma Lusofonia unificadora, *topos* ou *utopia* onde ainda temos de inscrever, talvez, a iniciativa de um questionável acordo ortográfico. Se as línguas são seres vivos que naturalmente se diferenciam, concretizam e universalizam no uso que delas fazem os seus falantes, não persistirá ainda nesta teimosia, quiçá mais lusa que lusófona, algo dos velhos mitos imperiais do Atlântico Sul, qual tentativa de voltar a rescrever e sulcar os mares com a caneta?³

Afirma ainda Eduardo Lourenço, a outro propósito, que se um dos nossos traços culturais mais marcantes – o *irrealismo* – amiúde nos faz esquecer o presente, já o *idealismo* teve sempre o condão de nos dar esperança e de nos agigantar muito para além do que temos e somos, num benéfico *efeito de Pigmaleão* cujas expectativas, se temos fé (mesmo sem Império), tendem a cumprir-se como na *Mensagem*: «*Aqui ao leme sou mais do que eu: / Sou um Povo que quere o mar que é teu.*»⁴

É certo que existem outros traços negativos neste quixotismo mareante – mais parecer e impressionar que ser; a ostentação dos mármore importados de Itália; a bazófia lusitana, etc. –, mas queremos sublinhar aqui sobretudo aspetos positivos. Voltemos, por conseguinte, ao exemplo do nosso Vieira *redivivus* e ao sonhado *Império da Língua Portuguesa* na incendiada imaginação do incomparável pregador. Acompanhámos de perto durante alguns anos o projeto de edição de Vieira, nos seus momentos altos e menos altos, na sequência do Congresso Internacional que celebrou os 300 anos da sua morte, em 1997. Daí surgiu o impulso tanto para a edição crítica dos *Sermões* como para a edição das obras completas. Na UCP, o Professor Manuel Barbosa da Costa Freitas, de grata memória, a isso dedicou alguns dos seus melhores esforços. E se houve então sementeiras fecundas por mão do Professor Aníbal Pinto de Castro, *alma mater* do projeto e que viria a falecer em 2010, coube a outros, noutras circunstâncias, cumprir o desejo de muitos. Se trazemos à memória a edição de Vieira é porque, para nós, tal ilustra uma empresa feita de entusiasmos, desânimos e sublima-

³ Não afirmava FERREIRA, Vergílio, em 1991, em Bruxelas, no discurso «A Voz do Mar» que proferiu quando recebeu o *Prémio Europália*, que «da minha língua vê-se o mar»?

⁴ PESSOA, Fernando, *Mensagem*, II.ª Parte, V, *Mar Português*, “Mostrengo”; (cf. *Lusíadas*, Canto V, estrofes 37-60).

ções; de pátrias e diásporas; de Bojadores, Mostrengos e Índias... Finalmente, após complexa *translatio studiorum*, mercê do denodo de José Eduardo Franco e do trabalho de muitos, cumpriu-se o sonho de trezentos anos. Começámos assim a virar mais uma página deste Portugal-livro que Eça de Queirós chamava *enigma activo*, Fernando Pessoa *enigma objectivo*, e Francisco Cunha Leão simplesmente *o enigma português*.

* * *

Esta nótula introdutória sobre a tradução e edição do *opus* vieirino entre nós tem do condão de nos colocar de imediato no coração do nosso tema: *Língua Portuguesa, Lusofonia e Diásporas*. Há uma passagem nos seus escritos sobre os judeus – *apud* um dos maiores estudiosos e conhecedores do marranismo peninsular e da diáspora judaica em Portugal, Yosef Ayim Yerushalmi⁵ – na qual o Pe. António Vieira afirma que, mercê da sobreposição entre a diáspora dos judeus e as descobertas lusitanas, a língua portuguesa se tornara, no séc. XVII, a língua franca dos negócios em todas as praças do mundo. E conclui, afirmando que *os portugueses e os judeus já são sinónimos*. Para os defensores da teoria da *limpieza de la sangre* e da *pureza da língua* esta constatação era intolerável; fazia-os a ranger os dentes e recrudescer as perseguições também contra o dessombrado jesuíta. Com efeito, para Vieira, a fusão de destinos por via da mestiçagem também linguística levava-o a questionar a presença em Portugal, não da nação mosaica, mas antes da mesma Inquisição e do Tribunal do Santo Ofício, pleiteando pela integração dos judeus no reino como cidadãos de pleno direito e pela abolição da ominosa distinção cristãos-velhos e cristãos-novos. Com efeito, o povo eleito e este *novo* povo eleito, seu herdeiro, os lusitanos, tinham-se unido historicamente numa gesta *langagièrre* maior que eles: uma *ontologia da linguagem* associada ao lídimo esperanto, o português – qual hebraico dos judeus que já não sabiam hebraico, exceto invocar *Adonai* –, e os três, afinal, providencialmente ligados, no visionarismo futurista de Vieira, à construção do Quinto Império e à consumação do Reino de Deus sobre a Terra.

Se tal efusão mística da língua pode parecer hoje excessiva, vejamos os já referidos entusiasmos em torno da Lusofonia. Para Vieira, porém, tal era uma evidência: a alma do Império era a língua portuguesa na sua diáspora, cuja mística união com a fé, os descobridores e Camões haviam repartido pelo mundo⁶. Mais: a existência de um país de sonho chamado Brasil – cuja razão maior have-

⁵ YERUSHALMI, Yosef Ayim, “Les dernières Marranes: le temps, la peur, la mémoire”, in *Marranes*, Paris, Éditions de la Différence, 1992, pp.17-44; idem, *From Spanish Court to Italian Ghetto. Isaac Cardoso: A Study in Seventeenth-Century Marranism and Jewish Apologetics*, New York/London, Columbia University Press, 1971.

⁶ CASTRO, Aníbal Pinto de, *Camões, poeta pelo mundo em pedaços repartido*, Instituto Camões, Lisboa, 2003.

ria de decorrer da existência de uma língua comum – continua aí a demonstrar que o sonho Vieira, ainda que traído, não deixava de ter as suas razões, mesmo sem Quinto Império e sem Espírito Santo. Com efeito, sem a *língua geral*, de 1757, que depois se tornaria no «português sem gravata» (Vinicius de Moraes), talvez o Brasil não tivesse subsistido como país unido. E a *diáspora* do português continuou além-mar, pelas sete partidas do mundo, no ladino, no crioulo, no indo-português, no malaio, etc., pelas costas de África e do Oriente. E continuou indomável e transgressora, declinando-se em mil matizes feitos de sons e sabores (v.g., Guimarães Rosa, Pepetela, Mia Couto ou Raduan Nassar) porque uma língua é um ser vivo que respira, vive e sobrevive no seu uso, e tem de se amar e decifrar lentamente, sempre em processo de diferenciação e de mestiçagem, hoje acelerada pela Net e outras redes que rompem as unificações artificiais.

E para que Vieira não fique só neste enaltecimento da língua portuguesa em processo de tradução, recorro um ilustre exilado filho destas Beiras, o judeu Fernando / Isaac Cardoso⁷, nascido em Celorico ou Trancoso, em 1603, o qual, na sua obra magna, *De Philosophia Libera* editada em Veneza, em 1683, a propósito do chá de *erva mimosa* que os Portugueses trouxeram do Oriente, afirma: «...apud Lusitanos, quod nomem illa linguae tantum proprium mollem & delicatam sonat»; isto é, «[chama-se erva mimosa] entre os lusitanos, cujo nome naquela língua soa de forma tão doce e tão delicada.»⁸ Tal passagem impressionou-nos quando a lemos pela primeira vez, há vários anos: eis um ancião judeu de quase 80 anos, nosso conterrâneo, que, criança ainda, com 3 ou 4 anos, teve de fugir com a família para Espanha (Medina del Rio Seco), tendo ido depois estudar Medicina em Salamanca. Tornado um médico famoso e reconhecido, chega a Physico-mor do Rei Filipe IV, em 1640. Oito anos depois, em 1648, após os tristemente célebres episódios de *La Calle de las Infantas*, soube que teria de fugir de novo, agora da corte espanhola e de uma Península cada vez mais iluminada de fogueiras e autos-da-fé, e foi para o *ghetto* judaico de Veneza e, mais tarde, para Verona. Conseguiu levar consigo a sua biblioteca pessoal. E ei-lo finalmente, octogenário em Verona, revisitando os sabores e odores dessa matéria madrastra, Portugal, e os lugares linguísticos da sua tenra infância, encontrando aí, no mais fundo da memória, num «português doce e afável», o nome encantador da *erva mimosa*.

* * *

⁷ Mas podemos multiplicar as referências: Gomes Lisboa, Leão Hebreu, Abraão Cardoso, Amato Lusitano, Elias e Filipe Montalto, Rodrigo e Gabriel da Fonseca, Uriel da Costa, Estêvão Rodrigues de Castro, Ezequiel de Castro, Oróbio de Castro, Manoel Gomes, Rodrigues Mendes da Silva, Tomás Pinedo, Miguel da Silveira, António Ribeiro Sanches...

⁸ *Philosophia Libera* V, q. 7, “De Mirabilibus Plantarum”, p. 279.

Há um livro no nosso panorama literário contemporâneo que deveria ser leitura obrigatória para todos os alunos do ensino secundário. Refiro-me a *O Labirinto da Saudade* de Eduardo Lourenço (1978). É também com esta obra⁹ que vou revisitara a ideia geral que propus de «*Estar* em Diáspora, um modo de *ser* português». Procuo nesta diferença entre ‘ser’ e ‘estar’ captar o eco pessoano do *drama em gente* – que é também um *drama ingente* ou não fosse Pessoa, afinal, muitas *personae*-máscaras do grande teatro do mundo –, heteronímia cujo fundo gnóstico e cabalístico nos diz que, para sermos, temos de nos semear, dispersar e experienciar de todas as maneiras, incorporar novos sotaques, novas semânticas e até sintaxes, uma vez que a experiência *langagière* é incoercível. Assim, viso também colher a diferença entre *ser* e *estar* na língua portuguesa como horizonte de desejável pluralização e de não-conformação com as regras de prontuário pronto-a-vestir. «Obedeça à gramática não sabe pensar o que sente », desafia-nos o *Livro do Desassossego*. Os Poemas de Álvaro de Campos e de Ricardo Reis a este propósito são bem conhecidos. Recordo-os ainda assim: «*Há entre quem sou e estou / Uma diferença de verbo / Que corresponde à realidade.*» (Álvaro de Campos, “*Não: devagar*”); «*Vivem em nós inúmeros (...) / Tenho mais almas que uma / Há mais eus que eu mesmo.*» (Ricardo Reis) «*O que é preciso é cada um multiplicar-se pr’a si próprio.*» (F. Pessoa)¹⁰

Tem havido muitas e fecundas interpretações desta distância entre os verbos ‘ser’ e ‘estar’¹¹. A distinção como tal já existia em latim – *esse* e *stare*: *sto, stas, stare, steti, statum* – para diferenciar o *ser/esse* como forma essencial ou disposição permanente, do *estar/stare* como um modo pontual e diferenciador de algo aparecer e se mostrar (*levantar-se*): *estar de pé, ereto, firme*, etc.. Este esquema da relação entre um suposto princípio permanente e um princípio de atualização temporal daquele encontra eco profundo na história do pensamento. Vemos nele como, de certo modo, a nossa língua acolheu o problema filosófico por excelência: o do Uno (*ser*) e do Múltiplo (*estar*) tal como o pensamento pré-socrático o pensou, de modo especial Parménides, na diferença ontológica fundamental entre a unidade do Ser e a pluralidade dos entes. Outrossim, pode ser lido mediante a teoria platónica que relaciona Ideia e coisas/cópias, ou até, embora com paradoxos, nas noções de aristotélicas de potência e ato. A diferença, acolhida depois pelos Padres da Igreja, foi exemplarmente aplicada, por Santo Agostinho, à distinção entre a criação do homem à *imagem* de Deus (*ad imaginem*: *ser*,

⁹ Importa dizer que tal leitura foi informada e matizada com a leitura de outro texto, muito sugestivo, de ALMEIDA, Onésimo Teotónio de, «A propósito de lusofonia (à falta de outro termo): o que a língua não é», artigo publicado no dia 07-05-2008, no Blogue «Saber Tropical», do IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical (cons. 3 de março de 2015).

¹⁰ ZENITH, Richard (ed. lit.), «Aforismos e afins» de Fernando Pessoa, Lisboa, Assírio e Alvim, 2003, p. 15 (p. 21r, no caderno manuscrito).

¹¹ SANTOS, Maria Irene Ramalho de Sousa, RIBEIRO, António Sousa (Orgs. Lit.). *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Edições Afrontamento, 2002.

essência permanente) e a criação à *semelhança* (*ad similitudinem*: atualização, diferenciação, variação no tempo). Todas estas leituras poéticas, filosóficas e teológicas são ricas e cremos que não de todo impertinentes. Mas para o nosso propósito aqui é a noção de «diáspora» que deve servir de operador de relação entre ‘ser’ e ‘estar’. Aliás, acabou de vir a lume há pouco tempo uma obra, editada pela Universidade de Aveiro e pela Biblioteca Pública Municipal do Porto, cujo título é oportuno e significativo: *Humanismo, Diáspora e Ciência, séculos XVI e XVII*¹².

O que significa, então, «diáspora»? O sentido mais comum, normalmente negativo, muitas vezes aplicado à história do povo judeu, é o de *dispersão* de Israel entre as nações, a começar pelo Exílio para a Babilónia (em 597 a.C.), condição de *judeu errante* nunca mais abandonada, especialmente desde que os romanos destruíram o Templo (70 d.C., Tito) e interditaram Jerusalém aos judeus, em 135 (sob Adriano, que a rebatiza a Cidade Santa de Aélia Capitolina). De certo modo, porém, à luz vetero-testamentária poderíamos regredir ao próprio chamamento de Abraão, nos confins do que mil anos depois seria a Caldeia, para deixar a sua terra e ir para uma outra, desconhecida, ainda por indicar.

Após o Exílio, obrigados a fugir, dispersos e *semeados* por toda a bacia mediterrânica e mesopotâmica, os judeus começaram a interrogar-se sobre a sua condição desgarrada e o seu destino. Se a *haggadah* bíblica e talmúdica era consolo para muitos, já algumas das suas correntes esotéricas e gnósticas começaram a defender a ideia de que, em razão da Aliança de Yahweh com o povo, Israel repetia ou tinha de repetir à sua escala, na história e no tempo, o mesmo drama da eterna cisão (entre *ser* e *estar*; nome da *imutabilidade* e nome da *misericórdia*) no seio do próprio Deus. Neste sentido, *diaspórica* era em primeiro lugar a própria condição divina, um Deus *en chantier* que tem de sair de si e devir para se conhecer e se realizar na história. Tal ideia aparecerá em inúmeros sistemas gnósticos e filosóficos antigos e modernos (v.g., em Eriúgena, no joaquimismo, no idealismo alemão, etc.), alguns ainda bem presentes na critpogno-se que percorre subterraneamente todo o pensamento português (v.g., em *A Ideia de Deus*, de Sampaio Bruno; ou no *Regresso ao Paraíso*, de Teixeira de Pascoaes, etc.). É essa conceção que se encontra no *Zohar*. *O Livro do Esplendor*, escrito na Península Ibérica, no séc. XII, pela pena do cabalista judeu Moisés de Léon (Moshe ben Shem-Tov), visionando no seio do Absoluto um princípio de exílio e de processão. Traduzindo essa condição desgarrada e sem poiso, mas agora em relação a Israel, já dois séculos antes Yehudah Halevi de Navarra (1075 – m. 1141) se interrogava, atónito, ao partir para o Levante: «*No Oriente ou no Ocidente, onde teremos nós uma terra de esperança onde estar em segurança?*». A tal perplexidade e desgarramento exterior e interior tentaram responder Moisés Maimónides, no *Guia dos Perplexos*, em 1191, e, mais tarde, Isac Abrava-

¹² *Humanismo, Diáspora e Ciência, séculos XVI e XVII. Estudos, Catálogo, Exposição*, Universidade de Aveiro, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2013.

nel, n' *A Torre da Salvação* (tríptico: *As Fontes da Salvação*, 1496; *A Salvação do seu Ungido*, 1497; *Anunciador da Salvação*, 1498), bem como Samuel Usque, na *Consolação às Tribos de Israel*, editada em 1553 (Ferrara, Itália). De algum modo, todo o pensamento judaico procurou orientar-se na Grande *Dispersão*, logo a começar pelo filho de portugueses, Baruch Espinosa e a sua doutrina de «Deus sive natura sive substantia» (*Ethica*, I, xi), i.e., de um Deus substância una, que se declina em infinitos atributos e modos (dos quais apenas conhecemos o *pensamento* e a *extensão*).

Num sentido mais amplo, porém, e sem referência exclusiva à condição judaica, *diáspora* traduz também a consciência, bem presente no pensamento contemporâneo, de errância, itinerância ou trauma da existência humana, sempre insegura do que adquiriu, consciente da sua situação radicalmente histórica e efémera. Desaparecido o reino da substância espinosista ou hegeliana, tudo o que existe parece que se esgota em processos de troca, miscigenação, mestiçagem... O ser humano é concebido assim como *homo viator*, nómada em transumância cultural e linguística, *After Babel*, diz Steiner, a caminho de uma terra que nunca viu nem sabe se existe, pelo que não pode chamar 'seu' a nenhum solo que pisa.

E é precisamente aqui, declinando positivamente um certo sentido de diáspora, que queremos fazer uma inflexão com intenção de a aplicar ao modo de *estar* português. Se auscultarmos o grego¹³, *diasporá* significa de facto *dispersão*, mas também no sentido de alguém que *semeia*, *dissemina* ou *espalha* (*diaspeirô*) com a prodigalidade de um semeador de mãos-largas. Este verbo, *speirô*, significa literalmente *semear*, *lançar* à terra o grão de trigo, o qual, disse outro judeu, «se não morrer não poderá dar fruto» (Jo 12, 24). Em sentido figurado, *speirô* indica igualmente todo o ato de difundir, de espalhar, falar, lançar as novas ao vento que passa; *spóros* significa pois *sementeira*, *semeadura*, *campo semeado*; e de *speirô* decorrem igualmente, através de diversas composições, as noções de *semente*, *esperma*, *gravidez* (*spermatizomai*: *transportar sementes*, *ficar grávida*, *estar de esperanças...*), *geração*, *origem*, *raça*, *descendência*, etc., ideias que encontramos no relato da tal promessa feita a Abraão e na esperança de uma descendência tão numerosa como as estrelas do céu e as areias das praias do mar (*Gn* 12).

Nesse sentido profundo, *estar em diáspora* diz também o lugar da esperança, exprime aquelas orientações matriciais de uma forma de *estar* sempre dúplice e inquieta no seu pequeno torrão natal, que o português herdaria assim do seu lado judeu – ou talvez melhor: naquilo em que o judeu, convertido e batizado em pé, no infame palácio dos Estaus, em 1497, teve de se tornar à força. Assim, o judeu-português, qual Abraão-pessoano *multiplicado* por mil, olha as areias das suas praias, contempla as estrelas do seu céu, e espera, e sonha, e delira com um futuro a construir, com o reino do Prestes João, com um Quinto Império, com um Jardim de Delícias, algures no outro lado do mundo, onde ainda nunca pôs

¹³ SÉCHAN, A. Bailly, L. et CHANTRAINE, P., *Dictionnaire grec-français*, Paris, Hachette, 1993, p. 208.

os pés, e que, paradoxalmente, os antigos diziam estar precisamente aqui, neste Jardim das Hespérides à beira-mar plantado, nesta faixa atlântica que, não sem razão, ele é incapaz de reconhecer como tal.

Estar em diáspora como um modo de *ser* português significa, pois, que nunca podemos estar onde estamos: já virados em memória, lá para o princípio, para os primórdios, como um Camões esfaimado a cantar coisas belas e heroicas de um Oriente em que nunca verdadeiramente habitámos e no qual nunca passámos de *porteiros* para outros; já todos voltados para um futuro brumoso ou radioso, para um Império que *um dia* haveremos de construir algures. Mas sempre ausentes de nós próprios, nunca habitantes desta terra (exceto se emigrantes), sempre descentrados do presente e dos momentos fundamentais em que seria preciso construir a História¹⁴.

Eduardo Lourenço reconhece um dos sustentáculos deste movimento pendular, irrealista e sonhador, justamente na obra do Pe. António Vieira mediante a conceção Providencial de História, como se este novo povo eleito também tivesse vindo a ser conduzido desde o princípio pela coluna da nuvem que caminhava à frente do povo (Ex 13,21). Com efeito, na génese da nossa nacionalidade parece ter estado o impossível e o incrível. Em esforço e em luta com a frente moura e com as costas castelhanas, foi pela guerra sancionada por Deus que se foi dilatando e fazendo crescer o *pequeno corpo* da nação. D. Afonso Henriques sabia bem que era preciso dar território, dar corpo à mão que lutava. O Portugal quinhentista, perplexo e apavorado frente ao mar, olha para trás, para a terra e só vê maravilhoso: vê-se nascido de um prodígio providencial que é preciso justificar mar adentro. É certo e sabido que o Milagre de Ourique foi forjado pelos monges de Alcobaça¹⁵, precisamente num momento de crise de identidade da nação, quando essa memória das origens precisava de maior brilho e reconhecimento face ao que se adivinhava na frente oceânica.

Apesar de Terra de Santa Maria e de Nossa Senhora ser um dos *topoi* mais persistentes da espiritualidade portuguesa¹⁶, os nossos sonhos de grandeza nunca se conformaram nem conformam com a pobreza e a pequenez de um qualquer mariólatra 'Resto de Israel' (*anawim*). Portugal é um caso típico do que C. Castoriadis chamaria «ascensão da insignificância». Por isso, galgámos Gibraltar e continuámos a lutar e a conquistar; provámos o sabor seco da areia, o pó do deserto e infletimos para o mar. Era tempo levantar ferro e mudar de rumo: *outrámo-nos* então pelo Atlântico a baixo. Depois veio o Índico, Malaca, o Japão, o Pacífico... Viajar, «*multiplicar-se para ser si próprio*» ou «*ser tudo de todas as maneiras*» era uma tentação e um quase-destino: «*Aqui ao leme sou mais do que eu...*», continua Gama a gritar ao Mostrengo.

¹⁴ LOURENÇO, Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade*, pp. 47-69.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 25.

¹⁶ Cf. CLEMENTE, Manuel, *Portugal e os Portugueses*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008, pp. 35 e ss.

E nesse cume de glória em que sulcávamos as vagas e *semeávamos* os mares de caravelas e de naus, em que nos dispersávamos em especiarias, madeiras e pedras preciosas que apenas transportávamos do Oriente e do Brasil para a Europa, quase esquecemos paradoxalmente a nossa consciência de *estar em diáspora*, tão naturalmente a alteração e a alteridade pareciam conaturais à nossa identidade.

Por isso, as saídas e os retornos, as viagens da nossa *Epopéia Trágico-Marítima* e os vinhos de torna-viagem são as figuras por excelência da nossa própria consciência coletiva. E «mesmo na hora solar da nossa afirmação histórica [as Descobertas], essa grandeza era, concretamente, uma *ficção*. Nós éramos grandes, dessa grandeza que os outros percebem de fora e como tal integra ou representa a mais vasta consciência da aventura humana, mas éramos grandes de *longe*, fora de nós, no Oriente de sonho ou num Ocidente impensado ainda. (...) À hora exacta da nossa glória excessiva, o espanhol, enfim unido [em 1580], começava a levantar a sua sombra...»¹⁷ E assim, quase dois séculos volvidos depois da inflexão de Ceuta para o Atlântico, a ampulheta dos areais de Alcácer-Quibir vira-se de novo contra nós.

Tínhamos, claro, a glória de *Os Lusíadas* ali à mão, mas como uma espécie de canto de cisne, «lengol para os nossos heróis [deuses] mortos», antes da noite do muito consentido e até desejado jugo espanhol. Este cingel mostra-nos outra vez a nossa *diáspora na diáspora*: um povo aparentemente inviável, destinado à subalternidade, à *kénôsis*... É contra este *trauma* do presente seiscentista e setecentista que se levanta a voz bandarra e sebastianista desde as altas serranias beirãs: tal “ciclo de sebastianismo activo (...) representou ao mesmo tempo, o *máximo de existência irrealista* que nos foi dado viver, e o *máximo de coincidência com o nosso ser profundo*, pois esse sebastianismo representa a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência, e *essa carência é real*.»¹⁸ Eis aí mesmo, na cruz desse presente, um Vieira virulento, excessivo, que irrompe inconformado já exaltando a memória de «*termos sido*» já visioando obcecado um futuro utópico a construir e no qual também o Brasil haveria de ter papel determinante. E de um modo ou de outro, já no passado já no futuro, no Oriente, em África ou no Brasil, eis-nos sempre fora de nós, oscilantes numa barca, em *diáspora na própria diáspora*, cindidos e despedaçados no mais íntimo do nosso ser, tentando exorcizar e espantar a sensação de aflição e de íntima fragilidade que sempre nos assola.

Reitera ainda E. Lourenço: «Descontente com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começámos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado. (...) É difícil conceber que a confusão entre o real e o sonho possa ir mais longe do que o foi na cabeça do António Vieira das alegações diante do

¹⁷ LOURENÇO, Eduardo, *Labirinto da Saudade*, p. 22.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 24.

Santo Ofício, mistura única de lucidez delirante e delírio divino.»¹⁹ Também L. Coimbra num magnífico ensaio *Sobre a Saudade* – e porque o *Saudosismo* de T. Pascoaes foi, sem dúvida, num séc. XIX fascinado pela Europa e o *202 des Champs-Élysées* e humilhado pelo *Ultimato* inglês, em 1891, um outro movimento de diáspora para uma *Pátria metafísica* arrancada da *Noite antiquíssima* e das entranhas do Marão²⁰ – notava esse sentimento bífido da alma lusa, esse «impulso nómada empurrando as velas das nossas naus, a Índia ao longe, as tormentas vencidas e a nostalgia de Portugal ensombrando as paisagens da Índia conquistada: movimento pendular de coração lusíada entre a Pátria e todas aquelas Índias que se atingem e aquela Índia de miragem, que não é nenhuma destas e sempre se procura e deseja quando estas se nos deparam, incessante movimento do coração do homem, entre as terras e os céus visíveis e um céu e uma terra que apenas se pressente no mistério polarizado de toda a nossa alma.» Porque «nem todas as Índias possíveis bastam ao homem».²¹

Sempre em diáspora, *ignaros e decadentes* (como denuncia Antero de Quental e toda a Geração de 70), já sem o ouro do Brasil, incrédulos e traumatizados pela traição do nosso mais antigo aliado, a Grã-Bretanha, livrámo-nos de uma Monarquia que se envergonhava da sua grei e do seu povo («essa piolheira!» no dito de D. Carlos, embora não se saiba ao certo se alguma vez ele fez seu um epíteto que já vinha de trás), e tentámos uma *Pátria* feita República. Mas não nos sentimos muito bem em nossa casa: virámos logo, à primeira oportunidade, de novo para África, imperialistas sem o garbo para a chibata, *orgulhosamente sós*, nacionalistas mais ou menos despeitados, de costas para a Europa, mãos dadas com um providencial Anjo de Portugal que não protegeu as comunidades judaicas da perseguição de Salazar, em 1937 (Artur Carlos de Barros Basto *et alii* que o digam). O século XX, de facto, dobra-nos todas as voltas: esfomeados cá dentro, entre urzes, giestas e torgas, e a ruralidade grotesca dos três P's de José Cardoso Pires (alfacinha de adoção, incapaz de compreender e de perdoar à sua Vila de Rei natal), cada vez menos colonizadores e cada vez mais emigrantes, partimos *a vapor, a salto* ou com uma *mala de cartão* na mão para as Europas, para os Brasis outra vez, para as Argentinas, as Áfricas, etc.. Destas haveríamos de retornar de novo, em 1975, no rescaldo dos cravos, já sem império, sonâmbulos, traumatizados (n'Os *Cus de Judas* de A. Lobo Antunes), ausentes de nós mesmos, incapazes de compreender o que acontecera aos cinco séculos do «ilustre peito lusitano». Como uma divindade gnóstico-maniqueia, despedaçámos os nossos corpos numa luta estranha e alógena; esgotámo-nos e deixámos por lá muitos dos nossos mortos sem sepultura, e derramámos miscigenada a

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 25.

²⁰ Idem, *ibidem*, *Labirinto da Saudade*, p. 28.

²¹ COIMBRA, Leonardo, «Sobre a Saudade», in Afonso Botelho, António Braz Teixeira, *Filosofia da Saudade*, IN-CM, Lisboa, 1986, p. 176.

nossa *matéria* e o nosso esperma em todas as raças do mundo. Exultámos com as flores nos canos das espingardas e o advento da democracia, em 1974, mas não fizemos a revolução das mentalidades pela educação: na primeira oportunidade, voltámo-nos *pedintes* para os subsídios a Europa, para os *jeeps* e os euros que agora nos são cobrados com língua de palmo. *Continuámos como provincianos deslumbrados, pobres com mentalidade de ricos*; e o que era a melhor promessa da «revolução dos cravos, degradou-se em banquetes dos “cravas”»²².

A Diáspora continua hoje, aqui e agora: tanto por fora, no nosso corpo físico – o desemprego, a emigração e a litoralização alguma vez pararão? – como sobretudo por dentro de nós, nesta *incerteza e inquietação* camonianas pungentemente atualizadas por António Variações em *Estou além* (1982): «*Esta insatisfação / Não consigo compreender / Sempre esta sensação / Que estou a perder / Tenho pressa de sair / Quero sentir ao chegar / Vontade de partir / P’ra outro lugar.*» Timidamente, as nossas TV’s começam a revisitar os traumas da nossa memória mais recente. A par disso, mostram também, acriticamente, algum sucesso mais ou menos *yuppie* de *Os Portugueses pelo Mundo*, do Dubai ao México, de Moscovo a Nova Iorque...

Como se tivéssemos perdido algures o nosso ser e a nossa identidade e uma deusa amiga, qual Ísis fadista, andasse pelo mundo à procura dos fragmentos deste *Osíris* despedaçado, continuamos a baloiçar entre a resignação quase-borgiana do Romeiro do *Frei Luiz de Sousa*: «*Quem és tu? – Ninguém!*», e a apóstrofe pessoana: «*Ó Portugal, hoje és nevoeiro... É a Hora!*»²³ Mas é a *Hora* de quê? Demasiado tarde para a Fé e o Império e demasiado cedo para a *lucidez do pensamento e a verdade da nossa existência em diáspora*, as questões «*Quem somos? Quem queremos ser?*» retornam mais prementes que nunca, neste momento em que muitos bárbaros do sul e do norte estão outra vez à nossa porta. «*Chegou o tempo de existirmos e de nos vermos tais como somos*», como apostrofa E. Lourenço? Ou será que, definitivamente «incuráveis, paradoxais geradores ou co-geradores de povos, [demos novos mundos ao mundo], mas [somos hoje] incapazes de construir um telhado duradouro para a nossa própria casa?»²⁴

* * *

Concluamos sob o signo da alfabetização. Havia um brilho novo nos olhos de todas aquelas pessoas. Gente forte, gente sadia, gente beirã das lides da casa, do campo e da criação. Concluía-se naquele dia (7 de agosto de 1999), naquela aldeola perdida nos verdes pinhais da Beira Baixa, o primeiro curso de alfabeti-

²² LOURENÇO, Eduardo, *Labirinto da Saudade*, p. 148.

²³ PESSOA, Fernando, *Mensagem*, Terceira Parte: *O Encoberto*; III. – “Os tempos”; Quinto: *Nevoeiro*.

²⁴ LOURENÇO, Eduardo, *Labirinto da Saudade*, pp. 66-126.

zação de adultos que, durante dois anos a fio, fielmente, levava à Escola que nunca haviam frequentado quando eram pequenos (e que entretanto encerrara por falta de «canalha») um grupo de quase 20 pessoas cuja idade da mais nova era 79 anos: puros diamantes brutos, lapidados apenas pelos mil sóis do quotidiano mourejar e que ali, naquele pequeno vale (a aldeia de Vale das Casas, entre Vila de Rei e a Amêndoa), tinham voltado como que a ser crianças.

Mas se nem todos os que, religiosamente, tinham frequentado o curso conseguiram realizar totalmente o sonho inicial – ler, escrever e contar –, nenhum deles desistiu durante percurso. A fidelidade e a persistência que puseram no empenho surpreenderam todos os organizadores do curso. É que ali a promessa, a palavra dada eram ainda moeda de troca não desvalorizada. E agora tinha começado a ser também palavra escrita. A Professora Rosinda Rodrigues, que fora a alma deste projeto de alfabetização, tinha a voz embargada pela emoção. Não sabia bem, não podia saber nem dizer quem dera mais a quem. Se fora ela, juntamente com alguns colaboradores, que semeara ali letras, números, acentos, sinais de pontuação, sinais de somar, de multiplicar e de dividir («Olhe que estas têm porras, ó Sr. Zé!») naquelas almas virgens; se fora ela que lhes dera a chave para tornar em som soletrado, articulado, com sentido essas misteriosas carreirinhas de letras pretas que se sucediam umas às outras na terra-papel, como se fossem regos de batatas ou de feijão – ou se tinham sido eles, os formandos, a dar sentido vivo, encarnado ao difícil ofício de ser Professor de adultos. A lição a tirar só podia ser relacional: todos tinham dado e todos tinham recebido. E cada um estava aqui hoje, orgulhoso, com a inteligência em festa, para receber o merecido diploma do Curso de Alfabetização de Adultos.

Não vamos entrar em questões de Teologia Sacramental. Mas para nós, que participávamos na cerimónia como convidados da Tia Maria dos Anjos, parecíamos que a Professora Rosinda Rodrigues, neste trabalho de lhes ensinar as letras, os números e de lhes pegar nas mãos calejadas de muitas “diásporas” (enxadas, sachos, enxadões, roçadouras, aguadouros, etc.) para lhes ajeitar os dedos à caneta; de as ajudar lentamente a juntar as letras, a soletrar, a contar, ..., nisso a Rosinda estava verdadeiramente a prolongar o mistério da Encarnação. Diz o evangelho de João (1, 14) que o «Verbo fez-se carne e habitou entre nós.» E que o Verbo que era o Princípio, veio aos seus para que os seus O reconhecessem. Há verdadeiramente uma lonjura e uma diáspora no íntimo de Deus que depois explode em criação... Acrescentou Ireneu de Lião que «a glória de Deus é que o homem viva» (*Gloria Dei, homo vivens*); é para que o homem tenha vida, e vida em abundância, que o Espírito sopra onde quer. E como soprava Ele macio e acariciante nas carumas dos pinheiros que nos cercavam naquela tarde tranquila! Toda a Vida passava por ali, naquele instante (*kairós*); passava por aquele curso de alfabetização que, na tarde da vida de homens e mulheres que tinham voltado a ser crianças, lhes devolvia sem juro o que a outros nunca tinha dado, mas que a todos tinha roubado: a privacidade nos namoros, na vida familiar (era sempre preciso alguém para ler as cartas, os bilhetes postais, os aerogramas da frente de

guerra), a possibilidade de contactar com o marido, os filhos, os netos, ausentes desde longos anos, em Lisboa, na estiva, no Ultramar, na França...; de ler *A Rosa do Adro*, etc., etc.. A subjetividade viva da Humanidade que lhes fora roubada na meninice estava agora a ser-lhes tardiamente devolvida, aos sorvos. Nem todas as diásporas acontecem lá por fora, na estranja. Eis aqui uma diáspora não apenas no Interior do país, mas no *interior do interior*.

Confessava-me e lamentava a Tia Maria dos Anjos, mulher rija de todas as lides, duas vezes minha avó: «Ó Sr. Zé, é tão bom saber ler e escrever! Porque é que só aprendemos tão tarde?» E nem o «Mais vale tarde que nunca, ó Ti Mari' dos Anjos!», com que a animei, me calou interiormente a revolta surda e inútil, por ainda há tão pouco tempo ser normal e até prescrito que «as raparigas não precisavam de ir à Escola». Mas revoltado também por ver hoje tantos adolescentes e jovens universitários (e até docentes) perdulários, sem vontade de aprender, displicentes e enfasiados de apenas verem na frente uma página escrita. «*“Terra branca, semente preta; cinco bois a puxar uma carreta.” O que é? Ora adivinhe lá esta, Sr. Zé!*», desafiava outra anciã.

Arrepiei-me literalmente de ver aquela gente simples, sã, humilde, direta, rabiscar umas palavras nos seus cadernos e, depois, sentir nelas o divino gozo de as lerem em voz alta, diante de todos: dos professores, dos seus filhos, dos seus netos, dos vizinhos, dos amigos. Nos rabiscos simples, naqueles balbucios de letras soletradas por entre uma lágrima que teimava em soltar-se, era toda a Vida que vinha à mistura: o milho semeado, regado, colhido; as batatas, as cabras e as ovelhas; as águas do verão, os Pai-Nossos, as Avé-Marias, as Pedras, os Padres, os Pinheiros (sim, também estes P's, Caro José Cardoso Pires). Enfim, era a Vida toda, real, esplendorosa. Senti que, de algum modo, ali estava Deus, aquela *substância* era Deus (perdido, desgarrado, em êxodo: São Espinosa *ora pro nobis*) quer o soubéssemos ou não. Sim, ali não podia deixar de estar algo do Verbo Encarnado, esgotado, aniquilado e consubstanciado, real como na realíssima quotidiana fração do pão: «*Verbum caro factum est et habitavit in nobis.*» Eis a celebração (*mysterium*) maior que quase sempre traímos com vistas curtas e vidas oclusas.

Quase me senti indigno de ter acabado de escrever uns textos e alguns artigos, de ter malbaratado tantas palavras em interpretações complexas, quando naqueles arabescos quase ilegíveis para outrem repousava, como que em palhinhas deitado, o Sentido. Um sentido que já não esvoaçava em imaginação e sonho, em sons estranhos, mas antes colhido, enlaçado, encarnado nas suas longas diásporas. Um precioso sentido tardio para muitas destas mulheres e homens (eram muito mais aquelas que estes) corria no Vale naquela tarde de Verão, ritual a que tenho de chamar de «Eucaristia» («Obrigado!» pela parte que me toca). Tal celebração, por alguma razão, fazia-me lembrar os silêncios impostos durante anos a Teilhard de Chardin e à sua *Messe sur le Monde*, celebrada sem pão e sem vinho no planalto desértico de Ordos, na Mongólia, em 1923, quando já todos estes homens e mulheres era nascidos. Também eles haviam sido con-

denados a um silêncio igualmente opressivo. Mas agora voltavam a ser crianças, pois «*se não vos tornades como crianças...*».

Nenhuma das polidas palavras de circunstância – exceto as lágrimas da Professora Rosinda Rodrigues e a leitura hesitante, mas muito orgulhosa da Ti Mari' dos Anjos – estiveram à altura do que ali se passou, naquela tarde. Todas ficaram pelo exterior, pelo politicamente correto, pelos louros daqueles que vêm colher onde não semearam. E o essencial, só visível aos olhos do coração, estava ali diante de todos à espera de ser também dito, em conjunto, em uníssono com aquelas rugas e sulcos renovados, com aqueles olhos cansados, mas regados com a águas de novo brilho. Por momentos senti que não iria conseguir conter a minha voz. Mas logrei calar na boca as palavras que me irrompiam da alma. Porque o Espírito também sopra em silêncio, na brisa e no som que o vento faz nos pinheirais da minha infância.

«Esta é 'a tarde' que eu esperava
'A tarde' inicial inteira e limpa
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo.»

(Sophia de Mello Breyner)